

# A GRAMÁTICA RACIONALISTA EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX

1. A constituição de um domínio de estudo especificamente gramatical ocorre na Época Helenística – após o surgimento, na Época Arcaica, de diversas reflexões de cariz metalinguístico quer no quadro da atividade poética, quer no seio da filosofia (de pendor cosmológico ou antropológico) -, configurando-se no âmbito da lógica, mais especificamente, sob a égide da dialética do Antigo Estoicismo (século III A.E.C.), desenvolvendo-se, depois, no quadro da atividade filológica e consolidando-se, finalmente, no seio do exercício da atividade gramatical propriamente dita.

Na verdade, muito embora o seu objetivo não radicasse no estudo da língua grega em si mesma e por si mesma, ao descreverem o aspeto fónico das unidades linguísticas do grego (Ildefonse 1997: 139), mediante o objetivo de, a partir da tripartição *phonè-léxis-lógos*, conhecer as normas conducentes à composição de um enunciado correto (Ildefonse 1997: 140), os Estoicos abrem o caminho para a constituição da gramática como disciplina autónoma (Ildefonse 1997: 134), tanto mais que, ao longo do século II A.E.C. e entre o século II e o século I A.E.C., já no âmbito do chamado Médio Estoicismo (Baratin 1989b: 216), cederão, progressivamente, aquela tarefa específica a uma disciplina gramatical técnica que perspetivaria a correção não como qualidade do discurso, mas, antes, como qualidade intrinsecamente associada à língua (Baratin 1989a: 196, 203; Ildefonse 1997: 140), passando a dialética estoica, juntamente com a retórica, a ocupar-se do estudo do significado.

Entretanto, no século II A.E.C, incrementam-se as atividades filológicas, na Real Biblioteca de Alexandria (Baratin 1989a: 202), tendo-se constatado que os gramatistas eram, por excelência, os detentores da formação necessária para o seu exercício (Joly 1986: 111,112; Baratin 1989a: 202).

Compreende-se, assim, que, se, no século II A.E.C., o ensino da leitura e da escrita, pelos gramatistas, e a atividade filológica integram, numa primeira etapa, a especialidade da gramática, constituindo as suas duas faces (Baratin 1989a: 202), entre o século II e o século I A.E.C., numa segunda etapa, se transite, progressivamente, para o entendimento da *gramática* como *sistema da linguagem*, facto que implicava a determinação das regras de funcionamento da língua. É nessa época que aparece, precisamente, a obra *Preceitos*, de Dionísio da Trácia (ca 170-90 A.E.C.), que terá estado, juntamente com obras de autores posteriores, de entre os quais se destaca Apolónio Díscolo (século II E.C.), na base da composição, no século IV E.C., de um tratado anónimo, que constitui a obra gramatical mais antiga de que dispomos, hoje, a saber, *Téchne grammatiké*.

No século I A.E.C., os gramáticos produzem tratados descritivos da língua grega, mais exatamente, as *tékhnai* (Ildefonse 1997: 458; Baratin 1989b: 210, 213), bem como tratados específicos de feição explicativa *perì hellenismou*, ou seja, “sur les fondements du ‘système’, sur ce qui autorisait à dire (au-delà de constatations empiriques) qu’une forme était correcte ou ne l’était pas” (Baratin, 1989b: 213), com base em textos de autores que não faziam uso das liberdades dos poetas e, sobretudo, com base na força da racionalidade, indispensável à explicação das outras construções (Baratin 1989c: 233).

No que diz respeito ao estudo da língua latina, Caio Suetónio aduz que o estudo da gramática fora fundado e desenvolvido, nos últimos anos do século II A.E.C. e nos primeiros anos do século I A.E.C., por Lucius Aelius Lanuvinus<sup>1</sup> e pelo seu genro (Suetónio, “De grammaticis et rhetoribus”, *apud* Rolfé 1998: II, 378, cap. III [379, cap. III]), ainda que seja Marco Terêncio Varrão (116 A.E.C.-27 A.E.C.) quem se destaca, ao produzir, entre 45 e 44 A.E.C. - sensivelmente a par ou pouco depois de gramáticos gregos se haverem dedicado, através do uso da língua grega, à abordagem dos critérios de correção na língua latina –, *De lingua latina*, de que nos restam apenas os livros consagrados à etimologia e à analogia, o V e o X, de entre os originais vinte e cinco livros (Arens 1975: I, 51; Desbordes 1998: 69), aí unindo o tratamento da etimologia histórica à formação sincrónica de palavras, por derivação (*declinatio voluntaria*) ou inflexão (*declinatio naturalis*), em função da ideia, segundo Robins (2000: 87 e *passim*), de que a língua se desenvolveria a partir de uma série limitada de formas linguísticas primordiais, de cujas alterações se originaria o léxico, que se formaria de acordo quer com o princípio da analogia quer com o princípio da anomalia.

---

<sup>1</sup> Suetónio não alude ao facto de que Lucius Aelius, também cognominado Stilo, terá sido mestre de Marco Terêncio Varrão.

Entretanto, segue-se-lhe, no século I E.C., Remmio Palemón, que terá elaborado uma *Ars grammatica* cuja terceira parte terá integrado o tratamento das infrações à tão desejada correção gramatical (Arens 1975: I; 53), tendo a primeira parte sido consagrada ao tratamento de *voz, letra, sílaba* e a segunda parte dito respeito ao estudo das *partes do discurso*, aí tendo sido acrescentada a *interjeição* às sete classes de palavras identificadas na língua latina, conforme salienta Martínez González (2009: 16).

No século IV, também a *Ars grammatica*, de Élio Donato (ca 350 E.C.), que se enquadra, segundo Vivien Law (1997: 54-55), no tipo *Schulgrammatik*, em vista de, sistematicamente, definir cada *parte do discurso* abordando cada uma das suas propriedades (*accidentia*), trata, no quadro de uma terceira parte, dos *vitia*, ou desvios negativos, e das *uirtutes*, ou desvios positivos, transitando-se do quadro estrito da correção para o quadro do desvio em geral (Baratin 1989b: 210, 211).

Não despreciando é o facto de que a perspetivação da *sintaxe* como tratamento “de ordinatione earum (dictionum), quae solet fieri ad constructionem orationis perfectae” (Prisciano, livro XVII, *apud* Chevalier 1968: 28 e n7), definição em que radica o conceito lógico de *oração perfeita* que, a par do seu antónimo, envolve “a distinção da *transitividade* (não *transitividade*) dos verbos”, implicando, necessariamente, portanto, a noção de *regência* (Silva 1996: 20), terá sido formulada, pela primeira vez, por Prisciano, cuja obra gramatical emerge, em Constantinopla, no primeiro quartel do século VI E.C. Não é, por isso, por acaso que o referido autor latino, na esteira dos gregos Apolónio Díscolo (século II E.C.) e Élio Herodiano (fl. século II E.C.)<sup>2</sup>, define, nas suas *Institutiones grammaticae*, cada uma das *partes da oração* – *nome, verbo, participio, pronome, preposição, advérbio, interjeição e conjunção* –, a partir das suas *proprietates significationum* (Prisciano, *Institutiones grammaticae*, *apud* Keil, *apud* Almeida 2001: 18), levando, adicionalmente, porém, em linha de conta aspetos formais e, nalguns casos, aspetos de construção ou sintáticos.

A partir de 600 E.C., é, em especial, no Norte da Europa, particularmente, nas Ilhas Britânicas, que se desenvolve o estudo da gramática, dada a necessidade de ensinar as *Sagradas Escrituras* a populações recém-convertidas ao Catolicismo que tinham de aprender o latim como língua estrangeira (Luhtala 1994: 1463: col. 1). Assim, no período pré-carolíngio, são elaborados comentários à *Ars minor* de Donato (Luhtala 1994: 1464, col. 2; Arens 1975: I, 57), surgindo gramáticas elementares que, muito embora constituam uma espécie de réplicas dessa parte da obra gramatical de Donato,

---

<sup>2</sup> “En adaptant à la grammaire latine les principes établis au Ile siècle par Hérodien et Apollonius, Priscien se propose donc[, nas *Institutiones grammaticae*,] de corriger ses erreurs” (Holtz 2000: 525, col. 2).

são informadas de paradigmas e exemplos adicionais, que começam a circular autonomamente, a partir do final do século VII (Luhtala 1994: 1461, col. 1).

Se os professores procuram uma descrição adequada das formas do latim ao longo do século VII, em que vem a lume, na Península Hispânica, *Etymologiae sive origines*, de Isidoro (560-636), Bispo de Sevilha, em vinte livros, no âmbito dos quais o autor trata quer das Artes Liberais, encabeçadas por uma breve súpula da doutrina gramatical tradicional, tida por origem e base de todas aquelas outras Artes, quer de matérias concernentes a muitos outros aspetos da vida, de que se destacam, entre outras, a título exemplificativo, as referentes ao direito, à medicina, à história natural, à hagiologia e à hagiografia (Luhtala 1994: 1464, col. 1), é no âmbito da Renascença Carolíngia, cerca do século IX E.C., que verão emergir, no seio da grande renovação cultural impulsionada por Carlos Magno, alguma inovação teórica atinente ao estudo da linguagem e da(s) língua(s). Com efeito, deve-se ao anglo-saxão Alcuíno de Iorque (735-804) o despertar de interesse quer na retórica – embora, segundo Vivian Law (1997: 155), ainda se não conheça até que ponto essa arte liberal terá influenciado o estudo da gramática –, quer na dialética, que, por volta de 800, se vê representada por obras que incluem preocupações com a linguagem, designadamente, traduções para o latim e comentários, levados a cabo por Boécio (ca 480 E.C.-ca 524 E.C.), do que vem a ser intitulado, em latim, *De interpretatione*, de Aristóteles (384 A.E.C.-322 A.E.C.), *Introductio in Praedicamenta*, ou *Isagoge*, de Porfírio (ca 234 E.C.-ca 305 E.C.), bem como uma paráfrase de uma outra obra de Aristóteles, *Categorias*, saída do círculo de Themistius (317 E.C. -ca 390 E.C.), intitulada *Categoriae decem* (Law 1997: 156). Alcuíno de Iorque recupera, ainda, dois trabalhos de Prisciano, a saber, *Partitiones duodecim versuum Aeneidos principalium*, em cuja base dá entrada, no *curriculum* gramatical, um novo método de ensino, por via de “the parsing grammar” (Luhtala 1994: 1461, col. 2), mediante o qual se analisam formas linguísticas individuais sob a forma de pergunta e resposta<sup>3</sup>, e *Institutiones grammaticae*, que inclui mais aspetos teóricos que qualquer outra obra precedente do latim tardio, a isso se devendo o reconhecimento tardio da sua importância (Luhtala 1994: 1462, col. 1; Holtz 2000: 525, col. 1-526, col. 1).

Chamado a colaborar com a corte de Carlos Magno, enquanto *magister* - cujo papel principal, na época, era “d’enseigner les arts libéraux, et d’abord la grammaire” (Holtz 2000: 528, col. 2) -, num grande projeto de revitalização do saber que implicava a reforma da estrutura religiosa e a educação do

---

<sup>3</sup> A[nneli] Luhtala observa que, embora este tipo de gramática se popularize ao longo da Idade Média, não substitui a pedagogia baseada no método donatiano (Luhtala 1994: 1462, col. 1).

povo, conhecem-se de Alcuíno de Iorque, entre outras obras, um manual sobre dialética, intitulado *De vera philosophia*, em que as Sete Artes Liberais são encaradas como representativas da estrutura profunda do conhecimento verdadeiro, apenas adquirível pelo estudo da *Sagradas Escrituras* (Luhtala 2000: 518, col. 1), e um manual de gramática, a saber, *De grammatica*, escrito sob a forma de diálogo, método correntemente utilizado em tratados de pedagogia gramatical elaborados sob a égide da *Ars minor* de Donato, muito embora os interlocutores representados não sejam o mestre e o aluno, como, habitualmente, sucedia, mas, antes, dois alunos, em presença do mestre, que, de quando em vez, intervém como moderador (Holtz 2000: 529, col. 2), aí ecoando doutrinas de Donato complementadas por doutrinas de Prisciano – no caso, apenas as constantes dos livros I a XVI, que viriam a ser denominados, a partir do século XI, de *Priscianus maior* –, em conformidade com a noção, que teria transmitido a alunos da escola da catedral de Iorque, antes mesmo da sua ida para a corte de Carlos Magno, de que o pensamento linguístico de Donato faria sentido apenas enquanto complementado ou completado pelas ideias linguísticas de Prisciano<sup>4</sup> (Holtz 2000: 528, col. 1). Segundo Anneli Luhtala (1994: 1466, col.1), em *De grammatica*, Alcuíno de Iorque justapõe já as definições do *nome* e do *verbo* aventadas, por um lado, pelo dialético, que, aliás, só reconhecia essas duas *partes do discurso*, e, por outro lado, pelo gramático, não se atrevendo, porém, a assimilá-las.

No final do século IX e ao longo do século X, os gramáticos aplicam, com sistematicidade, às definições gramaticais, as noções refletoras da doutrina contida na obra de Aristóteles e no texto de Porfírio, designadamente, as de *species*, *genus*, *differentia*, *proprietas* e *accidens* (Law 1997: 139). Curiosamente, segundo Law (1992: 148, col. 2), no século IX, um monge de St. Gall terá procurado fazer corresponder cada uma das categorias do *nome comum* apontadas por Prisciano a uma ou a outra das dez categorias lógicas de Aristóteles.

Certo é que os carolíngios, na busca de compreensão do modo como se relacionavam as categorias linguísticas e as categorias do mundo mental/real (Law 1997: 161), foram responsáveis pelas primeiras tentativas de aplicação

---

<sup>4</sup> “[...] Donat fournit le moule en ce qu’il s’agit d’un traité de *partibus orationis* introduit, comme l’*Ars maior*, par une partie plus courte consacrée aux éléments constitutifs des mots, lettres, syllables, et aux définitions générales, inspirées pour une part des *Etymologies* d’Isidore de Séville. L’ordre de traitement des *partes orationis* est celui de Donat. Mais la matière elle-même est pour la plus grande partie empruntée aux *Institution[es grammaticales]*, y compris les exemples. Toutefois, c’est un peu comme si seuls existait les livres I à XVI des *Institution[es grammaticales]* ou encore comme si Alcuin n’avait disposé que du premier tome des œuvres de Priscien. [...]” (Holtz, 2000: 530, col. 1). Sabemos, contudo, que Alcuíno de Iorque produz uma versão de excertos dos dois últimos livros das *Institutiones grammaticae*, de Prisciano, sobre sintaxe: “Alcuin’s excerpted version of Priscian’s work drew mainly upon the *Priscian minor*, which suggests that the Carolingians were not uninterested in syntactic questions” (Luhtala 1994: 1467, col. 1).

ao estudo da(s) língua(s) das novas questões e técnicas apreendidas por via do estudo da dialética, facto que desembocou na constituição dos alicerces da gramática especulativa (Law 1997: 147).

Ora, entre o século XI e o século XII, William de Conches (*ca* 1080-*ca* 1154), no Norte da Europa, por influência doutrinal e metodológica da dialética sobre a gramática (Bursill-Hall 1975: 203; Law 1997: 140) e em função de uma acentuada consciência da necessária natureza explicativa de uma gramática teórica, ao salientar a necessidade de suplementação da descrição gramatical de Prisciano, põe em destaque as *causae inventionis* das classes de palavras e dos seus correspondentes acidentais, exercendo uma importante influência sobre Petrus Heliae (Bursill-Hall 1994: 2229, col. 2), que, em Paris, se proporá, cerca de 1140, no âmbito de um comentário à obra de Prisciano, realizar o estudo da gramática com base na lógica aristotélica - fundamentalmente conhecida, então, através da tradução latina de traduções árabes das obras principais do Estagirita e de comentários destas levados a cabo por Mohammed Ibn Roschd (Averróis) (1126-1198).

Petrus Heliae debruça-se, todavia, sobre factos relacionados com a estrutura de superfície das línguas (Bursill-Hall 1975: 206), tendo sido, provavelmente, o primeiro a organizar as novas ideias num discurso gramatical coerente, apologizando, entretanto, a autonomia da gramática relativamente à lógica, o que não tinha estado sob escopo dos seus predecessores imediatos.

Por volta de 1150, é redescoberto o tratado aristotélico sobre o método científico, *Posterior analytics*, que traz à tona a ideia de que a ciência deveria lidar com factos universais necessários e não com detalhes acidentais (Covington 1992: 149, col. 2). Aristóteles considerava que a ciência se atingiria por dedução, a partir de princípios universais obtidos, por via indutiva, através da *simples enumeração* de todos os casos particulares possíveis (Abbagnano 2000: 21).

É de então ao século XIV que se constitui o período dourado da Escolástica, a saber, o período de filósofos como Robert Grosseteste (*ca* 1170-1253), Albertus Magnus (*ca* 1200-1280), Tomás de Aquino (1224/5-1274), de lógicos como William de Sherwood (*ca* 1200-*ca* 1266), Petrus Hispanus (*fl.* 1230s-40s), Lambert de Auxerre (*fl.* 1250s) e de gramáticos como Jordan da Saxónia (*ca* 1190-1237), Roger Bacon (*ca* 1214/1220-*ca* 1292), Robert Kilwardby (*ca* 1200-1279), Ralph de Beauvais (*fl.* séc. XII) e Nicholas de Paris (*fl. circa* 1240). Os estudos gramaticais ganham novo ímpeto, em virtude da associação da gramática com a lógica e a filosofia, sendo, temporariamente, secundarizados os estudos literários.

Na primeira metade da centúria ducentista, identificada com o período da gramática pré-modista, Jordan da Saxónia propõe a noção de *gramática universal*, enquanto condição *sine qua non* para o seu reconhecimento como

*ciência*, salientando a necessidade de “distinguer l’être sensible des mots, divers suivant les langues, de leur être de raison, commun dans toutes” (Stéfanini 1977: 101). Haveria, consequentemente, segundo Roger Bacon apologizará, provavelmente já na segunda metade do século XIII, no âmbito da sua *Grammatica graeca*, dois tipos de problemas em todas as línguas: um tipo de problemas que eram próprios de uma língua específica e outro tipo de problemas que eram comuns a todas as línguas e que, dado o seu caráter generalizante, poderiam dar lugar à existência de uma gramática geral (da linguagem humana), que constituiria uma ciência. Assim, para que o lógico estudasse o *sermo verus*, isto é, as condições de verdade de uma dada proposição, o gramático, encarando a oração gramatical como “formación abstracta, existente en el espíritu” (Arens 1975: I, 66), teria de cuidar do *sermo congruus* (Arens 1975: I, 65-66), ou seja, da construção correta da oração que encerrasse a proposição (Rosier 1981: 50).

Os gramáticos veem-se, assim, obrigados a distinguir a *gramática tradicional*, que passam a designar por *grammatica positiva*, ou *impositiva*, ou *practica*, ou *usualis*, dedicada à variabilidade dos usos particulares (Rosier-Catach 2000: 542) e tida por *arte* (Grondeux 2000: 605), de *grammatica regularis*, ou *speculativa*, ou *theorica*, tida por científica, por se ocupar de factos suscetíveis de serem descritos por meio de regras gerais (Rosier-Catach 2000: 542; Grondeux 2000: 598).

A reivindicação mais sugestiva desse estatuto de cientificidade aparece, segundo Louis G. Kelly (1977: 107), na obra paradigmaticamente modística de Thomas de Erfurt (*fl.* início do século XIV)<sup>5</sup>, escrita entre 1300 e 1310 e intitulada *Novi modi significandi*, ou *Grammatica Speculativa*<sup>6</sup>, mais concretamente, logo na primeira afirmação do seu preâmbulo: “In all science, understanding and knowledge derive from a recognition of its principles, as stated in I Physicorum, Text Comment 1” de Aristóteles (Thomas of Erfurt 1972: [135]; Kelly 1977: 107).

Com efeito, o movimento dos Modistas, na segunda metade do século XIII, reflete o grau mais elevado de logicização da gramática - numa tentativa de codificação e refinação do trabalho pioneiro de académicos como Petrus

---

<sup>5</sup> Parece que Thomas de Erfurt estudou em Paris por volta de 1300. Não se sabe, entretanto, se ele terá estudado e/ou ensinado em Paris. Passou grande parte da sua adultez em Erfurt, onde ensinou em duas escolas que viriam a constituir parte do núcleo da Universidade de Erfurt, fundada na parte final do século XIV. Para além da *Grammatica Speculativa*, escreveu comentários às obras de Aristóteles e um *Fundamentum puerorum*, tratado métrico elementar sobre sintaxe destinado a meninos que frequentassem a escola.

<sup>6</sup> Segundo Bursill-Hall (apud Thomas of Erfurt 1972: [vii]), só no século XX se atribuiu a sua autoria a Thomas de Erfurt. Nos incunábulo, tal autoria era, usualmente, atribuída a John Duns Scotus (1265/66-1308). Em Inglaterra, foi Albertus Magnus quem foi identificado como seu autor. Entretanto, no século XX, aparece uma edição não anotada, em forma mimeografada, reproduzida pela Librairie Philosophique M. Doyon do Quebec, cujo editor (desconhecido) atribui a autoria da gramática a Thomas de Erfurt.

Heliae, Robert Kilwardby, Petrus Hispanus e Roger Bacon, entre outros -, fazendo parte integrante da sua terceira e última geração Radulfo Brito (ca 1270-ca 1320), que “completa o programa modista com a criação de uma base teórica para a sua sintaxe” (Beccari 2007: 49), e Thomas de Erfurt, que “sintetiza de maneira organizada as idéias principais que os modistas anteriores haviam desenvolvido” (Beccari 2007: 49; Bursill-Hall 1975: 208).

Os Modistas acreditavam, de facto, que a gramática tinha a sua base na realidade e não na linguagem/nas línguas em si mesma/s. Haveria, assim, uma gramática universal dependente da estrutura da realidade, o que significava que as regras da gramática eram independentes de qualquer língua em que pudessem ser expressas, facto que implicou, naturalmente, que cressem na possibilidade da existência de um só sistema gramatical universal válido e fixo para todas as línguas, apenas a descobrir pelo filósofo da linguagem, que estudaria as propriedades das coisas, a partir das quais chegaria ao conhecimento dos *modos de ser* peculiares das diversas coisas (Thurot, *apud* Arens 1975: I, 58-59). Formatam tal posicionamento epistemológico, partindo do sistema gramatical de Donato e de Prisciano, mas - por entenderem que a atividade gramatical devia ser regulada por princípios e não constituir um mero registo de dados linguísticos - restabelecendo a caracterização das classes de palavras e dos seus acidentes mediante a utilização de terminologia procedente das teorias lógicas e filosóficas que lhes eram coevas.

No âmbito da análise gramatical, mantêm, porém, separada a lógica - adstrita ao estudo da significação e, portanto, da *palavra*, tida como unidade mínima significativa de estudo - da gramática - consagrada ao estudo da conceptualização, na mente, das coisas reais e da consignificação, mediante a definição de *parte do discurso* como “construtível”, ou seja, como unidade mínima de construção -, a ciência que, segundo Thomas de Erfurt, tendo por objeto o latim (Bursill-Hall 1975: 201), então perspetivado como “a more ‘perfect’ language than any of the vernaculars” (Bursill-Hall 1994: 2230, col. 2) e, portanto, como língua universal em que se exprimiria o entendimento da realidade universal da razão humana, ensinaria “[...] a escribir bien, a entender bien lo bien escrito, a unir bien lo entendido, a pronunciar bien lo bien unido” (*Opera omnia*, trad. esp. *apud* Arens 1975: I, 58).

A metateoria modística encontrará, porém, acérrimos opositores nos averroístas latinos<sup>7</sup> e nos adeptos do nominalismo de William d’Ockam (ca 1285-1347/1349), que representará um novo ponto de partida para filosofia

---

<sup>80</sup> Na segunda metade do século XIII, desenvolveu-se, no mundo latino, uma orientação filosófica decorrente do pensamento de Averróis, que havia sido o principal intérprete de Aristóteles na filosofia árabe. O principal averroísta latino foi Siger de Brabante (ca 1235/1240-1284).

da baixa Idade Média, da mesma forma que a doutrina gramatical daí procedente representará um novo ponto de partida para a gramática<sup>8</sup>. Ainda assim, segundo W. Keith Percival (1975: 239-240), “[m]odistic grammars [...] were still being reprinted in the sixteenth century and modistic concepts are clearly discernible in some philosophical discussions of language”.

Duas aspirações aparentemente contraditórias marcam a Renascença, segundo Claire Lecointre (2000: 1003, col. 1): por um lado, “le latin reste, par-delà les clivages religieux et idéologiques, le lien privilégié qui unit l’ensemble des lettrés au sein d’une même *Respublica litteraria*”; por outro lado, “s’affiche [...] la conscience d’une culture nationale, dont le lieu naturel d’expression est le vernaculaire” (Lecointre 2000: 1003, col. 1). Com efeito, se se cultiva a dimensão estética da língua latina, ou seja, a *elegantia*, traduzível num estilo puro, claro e belo, razão por que as gramáticas dos humanistas têm por objeto “la description du latin des bons auteurs” e integram “une théorie des figures (dites de construction)” (Lecointre 2000: 1003, col. 2), considera-se, da mesma forma, que aquelas mesmas qualidades deveriam pautar o uso das línguas vernáculas (Lecointre, 2000: 1003, col. 1).

2. Depois da gramática de cariz filológico do primeiro Humanismo, o inglês Thomas Linacre (c.1460-1524) faz renascer, em 1524, “l’effort de rationalisation”, com *De emendata structura Latini sermonis* (Lecointre 2000: 1004, col. 2), sendo seguido pelo italiano Giulio Cesare Scaligero (1484-1558), que aparece como o autor que, por partir da indagação das causas que subjazeriam aos usos da língua latina, estabelece, de novo, o estudo da linguagem sobre alicerces filosóficos, introduzindo na gramática a metalinguagem da lógica aristotélica à maneira escolástica (Lecointre 2000: 1004, col. 2; Martínez Gavilán 1999: 484) e fixando por objetivo a identificação dos princípios que assegurariam a organização racional da língua latina e explicariam, conseqüentemente, os usos corretos, não fosse a *gramática* tida por ciência do falar correto ou puro (Lecointre 2000: 1004, col. 2).

O espanhol Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) dá continuidade ao referido esforço de racionalização, vindo o seu pensamento a ser difundido depois que Gasparus Scioppius (1576-1649) procurou tornar a sua obra mais acessível a um público escolar (Lecointre, 2000: 1004, col. 1). Tomando o modelo do italiano Tomás de Aquino (1225-1274), que, inspirado em *De interpretatione* de Aristóteles e no pensamento de Agostinho de Hipona,

---

<sup>8</sup> Em 1333, Johannes Aurifaber (1295-1333) aduziu argumentos contra “les fondements logiques et métaphysiques de la théorie des *modi significandi*” (Lecointre, 2000: 1003, col. 2), na sua *Determinatio contra modos significandi*.

estabelecera a diferença entre *verbum interius*, *verbum cordis* ou *verbum mentis*, ou seja, “aquilo que elabora aquilo que conhece enquanto conhece”, e *verbum exterius*, que o exprime ou realiza e que é, por natureza, secundário, podendo ser perspetivado enquanto *imaginem vocis* ou enquanto efetivamente proferido por via da voz, Sánchez de las Brozas recupera a distinção entre *verbo interior* e *verbo exterior*, mas propõe, por uma banda, a subdistinção, sob o conceito de *verbo mental*, entre verbo mental propriamente dito, ou verbo interior, comum a todos os homens, mas inalcançável em si mesmo, e o verbo mental exterior, que reconstruiria, de maneira analítica, o sentido do verbo mental interior, e, por outra banda, a subdistinção, sob o conceito de *verbo mental exterior*, entre locução interior e locução exterior, que apresentariam estruturas rigorosamente paralelas (Lecointre, 2000: 1005: col.1-col.2).

Também o italiano Tommaso Campanella (1568-1639) e o espanhol Juan Caramuel y Lobkowitz (1606-1682) elaboram gramáticas com pretensões universais. Tommaso Campanella distingue dois tipos de gramática, designadamente, a *grammatica civilis*, enraizada na autoridade dos bons autores, e a *grammatica philosophica*, fundamentada na razão, que permitiria explicar os mecanismos gerais de funcionamento da linguagem, independentemente da sua ocorrência em qualquer língua particular, sendo, por isso, considerada científica (Lecointre 2000: 1007: col.2). Deste tipo de gramática é reflexo a obra *Philosophiae rationalis partes quinque videlicet: grammatica, dialectica, poetica, historiographia, iuxta propria principia*, dada à estampa entre 1637 e 1638. Quanto a Juan Caramuel y Lobkowitz, apologiza, na sua «Grammatica Audax», publicada, em 1654, enquanto primeira parte de uma obra muito mais abrangente, a saber, *Praecursor Logicus*, que as estruturas gramaticais das línguas refletem as categorias do pensamento, razão por que todas as línguas deteriam características comuns, que as categorias gramaticais são correlatas das categorias lógicas e que deve ser a razão e não o uso a guiar a língua (Martínez Gavilán 1999: 485-489).

3. No que às línguas vernáculas diz respeito, importa mencionar, no século XVII, o papel pioneiro de *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619), de Amaro de Roboredo, de *Delle cagioni della lingua toscana* (1623), de Benedetto Buonmattei (1581-1648), bem como a projeção da *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660), do filósofo Antoine Arnauld (1612-1694) & do gramático Claude Lancelot (c. 1615-1695), e de *La logique ou l'art de penser* (1662), de Antoine Arnauld & Pierre Nicole (1625-1695).

Quanto à obra portuguesa, Amaro de Roboredo distingue “GRAMMATICA”, ou seja, gramática “universal” (Roboredo 1619: 64), consagrada ao “que he commum a muitas, ou a todas” (Roboredo 1619:

“Prologo”, [s.p]), de “Prattica” (Roboredo 1619: 65) da *gramática*. O gramático seiscentista, certo de que “[teria havido] hũa sô lingua quando a razão era mais unida” e convicto de que “importa ir ao menos per diviões descobrindo [tal língua]”, observa que “a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão”, atribuindo à racionalidade o poder de *encaminhar* o entendimento e, por consequência, qualquer língua, de que constam “Grammatica, Copia & Frafe”, no sentido de proporcionar aos seus falantes a possibilidade de “declararem” o “sentir” (Roboredo 1619: “Prologo”, [s.p]). Em relação à obra de Buonmattei, também já aí se opera a distinção entre a perspetivação geral, especulativa, ou teórica e a perspetivação particular, essencialmente prática, da gramática (Carvalho 1984: 14-15, n13). No atinente às obras francesas, que formam um “conjunto unitario” (Laborda Gil 2004: 73), os investigadores não são unânimes no que diz respeito à questão das influências que essas obras recebem: Donzé detetou nelas o influxo do cartesianismo; Jan Miel e Sylvain Auroux viram nelas a influência do pensamento de Agostinho de Hipona (354 E.C.-430 E.C.) e de Blaise Pascal (1623-1662) (Auroux 2000: 1022, col.1; Laborda Gil 2004: 77).

No século XVII, desenvolvem-se, portanto, duas tendências linguísticas paralelas, manifestas, na busca do universal, em dois movimentos linguísticos impulsionados por correntes filosóficas distintas – racionalismo e empirismo.

Assim, por uma parte, deparamo-nos, na centúria de Seiscentos, com o movimento da *gramática geral*, representado pela *Grammaire Générale et Raisonnée* e pela *Logique*, obras consagradas à compreensão da unidade da linguagem enquanto manifestação do pensamento, comum a todos os homens, sendo, portanto, tributárias das ideias racionalistas de René Descartes, que entroncam na filosofia de Agostinho de Hipona e, em última instância, na filosofia de Platão; por outra parte, deparamo-nos com a gramatização de um número crescente de línguas vernáculas e com a apreensão, por parte de muitos estudiosos, do facto de que as línguas naturais dificilmente funcionariam como instrumentos plenamente rigorosos de expressão do conhecimento científico, emergindo, por isso, variados projetos de criação de uma língua universal artificial que satisfaria o requisito de transmitir sem ambiguidade tal conhecimento<sup>9</sup> (Martínez Gavilán 1999: 480). Curiosamente, como refere Amor Couto (2001: 21, n13), encontraremos a recuperação e a consequente apresentação à Academia das Ciências de Lisboa de um desses projetos, no dealbar do século XIX, precisamente em 1800, pelo matemático José Maria Dantas Pereira (1772-1836).

---

<sup>9</sup> Entre os proponentes de projetos dessa índole, encontramos Isaac Newton (1642-1727) (Maat 2000: 1036, col. 2).

Segundo Sylvain Auroux, respondendo à questão, colocada no âmbito da Renascença, sobre como dominar a diversidade das línguas do mundo, Port-Royal interessa-se não pelos elementos de todas as línguas, mas pelos elementos presentes em todas as línguas, supondo que essa comunidade refletiria a própria natureza da linguagem humana (Auroux 2000: 1023, col.1). Daí que seja lexicalmente preferido o uso do qualificativo *geral* ao uso do qualificativo *universal*, que dificilmente encontraremos na língua francesa, exceto em Antoine Court de Gébelin (1725-1784), que se inspira na tradição inglesa da *gramática geral*, designadamente, em *Hermès* (Auroux 2000: 1022, col. 2), obra inglesa que, tendo saído da pena de James Harris (1709-1780), em 1751, e tendo sido traduzida para o francês, por Jean-François Thurot (1768-1832), teria influenciado a produção de gramáticas gerais quer em Inglaterra quer em outros países (André Joly, *apud* Thurot 1970: 8). Curiosamente, porém, é o próprio Nicolas Beauzée (1717-1789) quem aponta o termo inglês usado por Harris – *universal* – como significando, mais exatamente, *geral*.

Digno de nota é, entretantes, o facto de, em 1689, o britânico George Hickes (1642-1715) trazer a lume as suas *Institutiones grammaticae anglo-saxonicae et moesogothicae*, por via das quais intenta fazer uma obra simétrica à de Port-Royal para as línguas germânicas, dado considerar que aquela obra se limitava, ainda assim, apenas às línguas românicas.

Depois da obra seiscentista de Port-Royal, ter-se-á de esperar pela obra de Nicolas Beauzée, de 1767, e pelos artigos gramaticais da *Encyclopédie* de d’Alembert e Diderot (1713-1784) (a partir de 1751), redigidos principalmente por César Chesneau Du Marsais (1676-1756), até à letra G, e, após a sua morte, sobretudo por Beauzée, os quais são retomados, corrigidos e completados na *Encyclopédie Méthodique* (1782-1786), vindo, no último quartel do século XVIII, a densificar-se a produção de gramáticas gerais, como resultado do movimento dos Ideólogos, que tinham desempenhado um papel importante, em França, entre 1785 e 1803, ao criarem disciplinas de gramática geral nas Escolas Centrais (Auroux 2000: 1023, cols. 1-2).

A tradição francesa de *gramática geral* é, essencialmente, na verdade, produto do Iluminismo, representando, segundo Sylvain Auroux (2000: 1023, col. 2), «un programme scientifique développé par des grammairiens fortement engagés dans la connaissance empirique de différentes langues» e correspondendo, por isso, “à la naissance de la grammaire moderne”.

4. O que se observa no século XIX português corresponde a uma diversidade de opções associadas, não raro ecleticamente, à *gramática geral*, cujas vertentes se encontram seminalmente ancoradas em linhas de pensamento

que ascendem, por um lado, a Platão (ca 427 A.E.C.-347 A.E.C.), e, por outro lado, a Aristóteles.

Exporemos, por isso, apenas os casos que ilustram de forma mais significativa essa diversidade de opções epistemológicas.

4.1. Arriscamo-nos a afirmar que os autores de grande parte dos textos metalinguísticos do português dados à estampa em Portugal na centúria de Oitocentos se inscrevem no grande movimento da *gramática geral*, prevalecendo - não obstante o ecletismo - a vertente iluminista, ora tendencialmente empirista, na linha de Nicolas Beauzée, ora explicitamente empirista, na linha de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e, de forma mais radical, na linha dos Ideólogos franceses.

4.1.1. Importa verificar que conceito de *gramática* dominou, prevalentemente, os estudos metalinguísticos portugueses do século XIX.

Começamos, assim, por detetar, no início do século XIX, o recurso ao conceito binómico de *gramática universal-gramática geral*.

Em 1802, ano em que António de Moraes Silva (ca 1756-1824) termina a redação do seu *Epítome da grammatica da lingua portugueza*, muito embora o publique em Lisboa apenas no ano de 1806, surge a distinção entre “Grammatica Universal”, na qual se consubstanciaríamos os métodos e princípios da atividade linguística comuns a todas as línguas, e “Grammatica particular”, que, enquanto “arte”, ensinaria “a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras” (Moraes Silva 1806: 9), ou ensinaria “a falar e escrever qualquer lingua correctamente, segundo o modo por que a fallarão os melhores escriptores e as pessoas mais doudas e polidas” (Moraes Silva 1922[1813]: 97, col. 1), sendo, assim, aplicados a uma língua particular os métodos e princípios da atividade linguística observáveis na generalidade das línguas, segundo os usos adotados pelos que o gramático entendia que melhor a falavam.

Como ele, operará, ainda, Manoel Dias de Souza (ca 1755/1760-1827), em 1804. Para este autor, a *gramática universal* seria imutável, tal como a natureza, de que consituiria uma cópia (Souza 1804: 1-2), ensinando “a qualidade das palavras que devem entrar na expressão das nossas ideas” (Souza 1804: 1), enquanto a *gramática particular* ensinaria “a diversa fôrma que devemos dar ás palavras, a fim de nos acomodar á capacidade d’aquelles de quem pertendemos ser entendidos” (Souza 1804: 1), sendo “pelo contrario infinitamente variavel”, segundo “o genio inconstante de cada povo e de cada seculo” (Souza 1804: 2). É importante mencionar que Manoel Dias de Souza se coloca, explicitamente, sob a égide de Antoine Court de Gébelin, de cuja *Grammaire universelle et comparative* traduz inúmeros troços, com

ele partilhando a ideia de que existiriam palavras primitivas comuns a todas as línguas, as quais constituiriam raízes originais e elementares miméticas das coisas ou das ideias que o homem formasse das coisas. Parece ressoar aí o pensamento linguístico evidenciado numa obra publicada no ano de 1765, por Charles de Brosses (1709-1777), *Méchanique des langues* (1765), que:

accrédita [...] le principe d'une histoire du langage intégralement soumise à des 'lois' de type physique [...]. Le temps de l'origine est investi d'une rationalité phonomimétique ou phonostylistique débordant largement sur la vie ultérieure du langage. Le système d'explication de la naissance des mots étend son optimisme sur leurs 'dérivations' et changements, en repoussant l'apparent arbitraire des signes (Droixhe 2000: 1066, col. 1).

Dias de Souza reclama, também, a influência de Nicolas Beauzée, que, segundo Auroux & Boës (1981: 22, 34), teria sido o mentor de um programa científico que teria sob escopo, através do recenseamento e da análise do maior número possível de línguas naturais, construir, por via compositiva, uma teoria da linguagem, confirmável nas diversas línguas particulares, efetuando, assim, a transição para a *gramática comparativa*. Na verdade, Court de Gébélin e Dias de Souza partilhariam com Beauzée & Douchet (1784: 190 col. 1) a noção de que a *gramática* que eles denominam de *universal* e que estes consideram *geral* integraria “des principes immuables & généraux de la parole prononcée ou écrite dans toutes les langues”, “principes immuables dictés par la nature” “& d'un ufage univerfel” (Beauzée & Douchet 1784: 190, col. 1), constituindo o resultado da análise do pensamento “& [...] ne suppos[ant] que la possibilité des langues» (Beauzée & Douchet 1784: 190, col. 2).

Não há dúvida de que é, precisamente, o binómio *gramática geral - gramática particular* que constitui a ferramenta mais utilizada ao longo do século XIX português.

Vemo-lo propugnado em Couto e Melo (ca 1778-1838), que, ainda que se proponha apresentar as normais divisões e subdivisões a que os gramáticos nacionais e estrangeiros submetiam o que se chamava tradicionalmente de *verbos adjetivos*, a fim de se manter sob o que poderíamos designar de *clima epistemológico* da época, reconhece que tais divisões e subdivisões se opunham aos resultados do método de análise do discurso e, portanto, aos princípios da *gramática geral*: “é preciso considerar as cousas pelo que são na sua essência, e não em sua aparência” (Melo 1818: 88, 89 e n1). Atuando de outro modo, descarta os *Participios*, cuja existência entende “[ser] nula segundo os principaes pontos, em que se-funda a *Gramática Geral*; e particularmente a *Portuguêza*” (Melo 1818: 117, n. 2). Com efeito, depois de expender sobre “quaes são as operações do nosso entendimento”, de indicar as faculdades do espírito “que êle emprega para as exercitar” (Melo 1818:

36), designadamente, a *percetibilidade*, a *memória*, a *razão* e a *vontade* (Melo, 1818: 8), de desenvolver «os princípios fundamentaes da construção do *raciocínio*», de apontar - na senda expressa de Francis Bacon (1561-1626) - o «*Método Analítico*», enquanto “sistema de preceitos” “que nos conduz dos efeitos para as causas” (Melo 1818: 33-34; cf. 36, n. 1), como o método de “investigação da verdade” a seguir na análise do entendimento, trata, a partir da diferenciação entre linguagem do acionado e línguas artificiais (Melo 1818: 16), da “expressão das operações inteletuaes, ideias, juizos e raciocínios; as quaes [...] fazem tôda a matéria, [...] a qual já denominei *Gramática*” (Melo 1818: 36-37), colocando-se, explicitamente, sob a influência do ideário de Ideólogos franceses como, por exemplo, Dominique Joseph Garat (1749-1833), Roch-Ambroise Cucurron Sicard (1742-1822) e Constantin François Chasse-bœuf de Volney (1757-1820). Podemos, portanto, asseverar que, para Couto e Melo, não sendo apenas expressões dos pensamentos, mas também instrumentos necessários para os adquirir (Melo 1818: 15-16, n. 1), as línguas são métodos analíticos do pensamento humano.

Vemos, ainda, o referido binómio implicitado em Francisco Soares Ferreira (1777-1830/1831), que define *gramática* como “Arte que ensina a fallar e escrever correctamente huma lingua”, ou seja, ensina a “exprimir pensamentos por meio de palavras, as quaes são os signaes das nossas idéas, e podem exprimir-se, ou por sons formados pela boca, ou por caracteres traçados pela mão” (Ferreira 1819: 7), parecendo o autor adotar a noção de *gramática particular*, utilizada por Du Marsais e por Nicolas Beauzée.

Vemo-lo, também, em Soares Barboza (1737-1816), para quem, já em 1803, a *gramática geral*, que abrangeria “os usos e factos de todos ou da maior parte dos idiomas conhecidos” (Barboza 1862: xi), e a *gramática razoada e filosófica*, que, descobrindo o mecanismo de formação da linguagem, “nas leis physicas do som e do movimento dos corpos organicos”, bem como as primeiras causas e as razões dos procedimentos uniformes que todas as línguas seguem na análise e na enunciação do pensamento, “nas leis psychologicas”, deviam, enquanto gramática “científica” (Barboza 1862: xi), fundamentar toda a *gramática particular*, prática e rudimentar, que, por seu turno, devia ser “uma Logica practica”, que ensinasse, simultaneamente, “a falar bem a propria Lingua” e “a bem discorrer” (Barboza 1862: xiv), razão por que, tal como apologizara Condillac, “depende[ria] da exactidão dos seus principios o bom progresso nos mais estudos” (Barboza 1862: xii).

Vemo-lo em Francisco Solano Constancio (1777-1846), segundo o qual, uma vez que as línguas deteriam regras invariáveis fixas decorrentes de uma relação natural existente entre as sensações, entre as ideias e entre os pensamentos, e, consequentemente, existente entre as formas linguísticas que os expressariam, encontrando-se, portanto, nas diversas línguas, “os

mesmos elementos intelectuais”, tais regras ou princípios fixos constituiriam a *gramática geral analítica* (Constancio 1831: 2), da qual o autor distingue a *gramática particular* do português, que, fundada naquela, constituiria uma “coleção de preceitos” que teriam de se observar na fala, na escrita e na leitura corretas de uma dada língua, em conformidade com o uso que os doutos tivessem estabelecido (Constancio 1831: 1). Considera, ainda, o autor, sob a influência de Condillac e, portanto, na linha do pensamento filosófico lockiano, que:

“[d]epois dos sons instinctivos pelos quais o homem exprime os seus affectos antes de possuir uma língua, como os vagidos e gritos das crianças, e dos sons imitativos, as primeiras vozes significativas, que são a base de toda a linguagem, pertencem todas à mesma ordem, e indicam percepções coletivas e complexas, como *cabeça, pé, mão, sol, lua*; e outras simples, mas comuns a muitos indivíduos, como *côr, branco, preto, doce, amargo, alto, baixo, redondo, forte, frouxo, macho, fêmea*” (Constancio 1831: 19-20).

Para Solano Constancio, estritamente falando, “todas as palavras de uma língua qualquer primitivamente exprimiram objetos sensíveis, sensações diretas, indivíduos considerados no seu todo ou concretamente”, razão por que não existiria “distinção essencial entre as diversas palavras de que se compõem as línguas”, sendo as divisões em classes de palavras “puras invenções dos gramáticos e inexactíssimas expressões” (Constancio 1831: 19).

Vemos, ademais, o supramencionado binómimo implicitado na obra de Luiz Francisco Midosi (1796-1877) dada ao prelo em 1842, dado que o seu conceito de *gramática portuguesa* – “a arte que ensina a fallar e escrever correctamente a lingua portugueza” - se adscreveria, provavelmente, à noção de *gramática particular*, tanto mais que, ao submeter a sua obra ao pensamento expresso por Hugh Blair (1718-1800), nas *Lectures on Rhetoric and the Belles Lettres* (1783), sobre o entendimento da gramática – “[t]he study of arranging and expressing our thoughts with propriety, teaches to think, as well as to speak, accurately [*sic!*]” (Hugh Blair, *apud* Midosi 1842: 2) –, evoca o pensamento linguístico de Étienne Bonnot de Condillac. Por outro lado, ao definir *língua* como “collecção de vocábulos que usa qualquer Povo para exprimir o pensamento” (Midosi 1842: 7), traz à memória a definição que, conferindo primordialidade à língua falada, Beauzée exhibe de *langue*, a saber, “la Totalité des *Ufages* propres à une nation pour exprimer les pensées par la voix” (Beauzée 1786: 602, col. 2).

Vemo-lo, ainda, em Francisco Ferreira de Andrade Junior (1806-?), que parte da distinção condillaciana entre linguagem de ação e línguas analíticas (Andrade Junior 1850: 21), para definir *gramática* como “a arte de analysar e enunciar o pensamento”, dando conhecimento dos “signaes com que se faz essa analyse”, ensinando “as relações que ligão esses signaes entre si”, bem como

“a recta enunciação do pensamento pela palavra fallada”, e mostrando “como enuncia[r] o pensamento pela palavra escripta” (Andrade Junior 1850: 1).

Vemo-lo, também, em Bento José de Oliveira (1814-), para quem a *gramática geral* “tracta dos principios geraes e communs a todas as linguas” (Oliveira 1862: 3), enquanto a *gramática particular* “ensina a falar e a escrever sem erros qualquer lingua em particular” (Oliveira 1862: 3).

Só com Augusto Epiphanyo da Silva Dias (1841-1916) o termo *gramática geral* dá conta do resultado da transição epistemológica para o movimento da *gramática histórica e comparativa*. Com efeito, do seu ponto de vista, o objetivo da *gramática geral* consiste em, a partir da comparação das *gramáticas científicas* das línguas - ou seja, a partir da descoberta das leis segundo as quais se tivessem operado as modificações que tivessem feito surgir um organismo de uma língua de um organismo anterior e a partir da investigação da natureza dessas leis -, chegar às leis supremas que presidem à fixação e à manifestação do pensamento pela palavra, esclarecendo-as à luz da psicologia (Dias 1870: 3). Por sua vez, a *gramática prática* de uma língua é definida como uma *arte* que integra, num dado período temporal, “a collecção de regras que se observam no emprego dessa lingua” (Dias 1870: 7), fundamentando-se, porém, numa teoria (cf. Dias 1870: 3). Esta perspetivação da *gramática* será partilhada por Francisco José Monteiro Leite (*fl.* 1887), na década de oitenta do século XIX.

No entanto, verificamos que, em 1880, Domingos José de Azevedo (1841-1910), por exemplo, retoma o paradigma da *gramática geral* setecentista. Na verdade, começa por definir *gramática* como “a sciencia da linguagem, isto é, a sciencia que trata dos signaes do pensamento, considerados nos seus elementos, modificações e combinações” (Azevedo 1880: 14), e divide-a, posteriormente, em *gramática geral*, enquanto “a sciencia que trata dos principios geraes e invariaveis, communs a todas as linguas”, e em *gramática particular*, entendida como “a arte de aplicar os principios geraes e invariaveis ás instituições arbitrarías e usuaes de uma lingua particular” (Azevedo 1880: 14). Assim sendo, a *gramática portuguesa* é encarada como “uma arte que indica os meios de se evitarem as locuções viciosas, de se empregarem phrases ou vocabulos menos correctos, ensinando ao mesmo tempo como se devem expressar os pensamentos, segundo o uso dos bons escriptores portuguezes” (Azevedo 1880: 14).

4.1.2. Os modos de perspetivação do fenómeno da linguagem, do fenómeno das línguas e da gramática refletem-se, diretamente, no tratamento da língua portuguesa, verificando-se a aplicação de conceitos operatórios que continuam a refletir, prevalentemente, o movimento iluminista da *gramática geral*.

Observar-se-ão, assim, diferentes propostas de categorização das unidades linguísticas constitutivas do sistema linguístico português, que decorrem da sujeição ora a um ideário epistemológico que apelidaremos de racionalista exógeno, de base claramente empirista, que ascende por um lado, a Étienne Bonnot de Condillac e, por outro lado, a John Wallis (1616-1703), adepto do empirismo apologizado por Francis Bacon (1561-1626), e autor do que Rouse & Verrac (1992: 344, 345) consideram ser a primeira descrição autêntica do inglês, escrita em latim para benefício dos aprendentes estrangeiros – *Grammatica Linguae Anglicanae cui præfigitur de loquela five sonorum formatione, tractatus grammatico-physicus* – e publicada em 1653 no quadro de uma corrente filosófico-linguística que tinha procurado pôr a funcionar um sistema de signos mais ou menos ideográficos suscetíveis de revelar a universalidade das coisas e de fundamentar uma gramática dita universal que estaria, provavelmente, na base da constituição de uma língua universal, ora a um ideário epistemológico que denominaremos de racionalista ecleticamente endógeno e exógeno, que ascende a Nicolas Beauzée.

Com efeito, parte-se de um sistema de sete classes de palavras - os *nomes*, ou *substantivos*, os *adjectivos articulares*, os *adjectivos attributivos*, os *verbos*, os *advérbios*, as *preposições* e as *conjunções* (Moraes Silva 1806) - e de um sistema de seis classes de palavras - *interjeição*, *nome substantivo*, *nome adjectivo*, *verbo substantivo*, *preposição*, *conjunção* (Barboza <sup>3</sup>1862), passando-se por um sistema de dez classes de palavras - *nome* ou *substantivo*, *artigo*, *adjectivo*, *pronome*, *particípio*, *verbo*, *preposição*, *advérbio*, *conjunção* e *interjeição* (Souza 1804; Oliveira 1862/1864; Azevedo 1880; Leite 1882/1887) -, que se aplica em momentos da centúria muito distanciados entre si, bem como por um sistema de cinco classes de palavras - *substantivos*, *adjectivos*, *verbos*, *preposições* e *conjunções* (Couto e Melo 1818) -, por um sistema de nove classes de palavras - *artigo*, *nome*, *pronome*, *verbo*, *particípio*, *preposição*, *advérbio*, *conjunção* e *interjeição* (Ferreira 1819; Midosi 1842: 8) - e, ainda, por um sistema de três grandes classes de palavras - *nome*, *verbo*, palavras conectivas (*preposição* e *conjunção*) (Andrade Junior 1850<sup>10</sup>).

O facto de o *nome*, ou *substantivo*, ocupar o primeiro lugar, no conjunto das classes de palavras, parece continuar a dever-se à perspetivação de que o conhecimento das coisas do mundo se originaria na substância, categoria lógica que teria o seu correlato naquela categoria linguística.

---

<sup>10</sup> Para além das consecutivas subdivisões a que submete o nome, o autor toma em consideração, no âmbito das *palavras conectivas*, elementos mínimos de significado indicadores, por exemplo, de género, número e pessoa.

De entre todas as classes de palavras, parece-nos, entretanto, importante destacar o tratamento conferido, pelos autores, ao *verbo*.

Observa-se, em geral, a apologia da ideia prisciânica emitida pelos responsáveis pela produção da *Grammaire générale et raisonnée* (Arnauld & Lancelot 1969: 66, 71) de que o verbo *ser*, correspondente ao verbo francês *être*, chamado de *verbo substantivo*, é, à semelhança do que sucede no latim, o único verdadeiro verbo ou o verbo por excelência, tendo um uso principal, a saber, o de significar “afirmação”, ou seja, “a ação do espírito do homem que atribui, pela fala, um atributo a um sujeito” (*idem*).

No entanto, para muitos gramáticos portugueses (Souza 1804: 49-50; Melo 1818: 87; Andrade Junior 1850: 11, 62<sup>11</sup>, Barboza 1862: 146 147), o verbo *ser* marca, linguisticamente, numa ‘proposição’, uma relação de coexistência do sujeito com a sua respetiva qualidade, tal como, na senda do que, no século XVI (*apud* Beauzée 1767: tome I, 407, 408), havia exposto Robert Estienne (1503-1559), propugnam Du Marsais (1769: 281; 1987: 441), o abade de Condillac (1947: *Cours d’études, II – Grammaire*, 467, col. 2) e A. Court de Gébelin (1778: 174), vislumbrando-se, em Moraes Silva, a recuperação de uma proposta teórica coeva que tendia a reformular conceitos vigentes, ao trazer à colação os conceitos, aparentemente propostos por François-Urbain Domergue (1745-1810), de “*attribut commun*”, “*attribut particulier*” e “*attributs combinés*” (Thurot *apud* Harris 1796: 38), mediante a observação de que todos os verbos afirmam a “existência”, enquanto *atributo geral* identificado, por excelência, com o verbo *ser*, a que “e ajuntão todos os atributivos e ainda nomes usados compreensivamente ou atributivamente”, que poderiam ser designados por *atributos particulares* (Moraes Silva 1806: 55, n. 54, 60).

Digno de ressalva é o facto de alguns gramáticos portugueses adscreverem, explícita ou implicitamente, ao verbo substantivo *ser* o traço lógico-semântico de *existência intelectual*, preferindo, por isso, a nomenclatura proposta por Nicolas Beauzée e aplicando, consequentemente, ao verbo substantivo português a classificação de *verbo abstrato* e aos verbos ditos adjetivos a classificação de *verbos concretos* (Ferreira 1819: 28; Oliveira 1862: 18; Oliveira 1864: 16, 17; Azevedo 1880: 74).

É, entretanto, curiosamente, na década de oitenta do século XIX que Francisco José Monteiro Leite epitoma as correntes interpretativas do valor do verbo substantivo no quadro da *gramática geral* (Leite 1882: 91 38; 1887: 130, 49, 50).

---

<sup>11</sup> O autor aproxima, no que ao português diz respeito, o verbo *ser*, que não deixa de ser apresentado como *palavra por excelência*, do verbo *estar*, no qual também se poderia detetar uma ideia de *existência* quando modificado fosse por um *adjetivo atributivo* representativo de um atributo accidental.

Quem, em Portugal, logo na terceira década do século XIX, parece rejeitar, publicamente, pela primeira vez, a distinção tradicionalmente estabelecida entre verbo substantivo e verbos adjetivos é Francisco Solano Constancio (1831: 71, 72, 94; 1836: x, col. 1), informado pelo conhecimento - ainda limitado - de resultados de aplicação às línguas naturais de um método histórico e comparativo de análise linguística, nisso vindo a ser seguido, na década de 70, por Augusto Epiphânio da Silva Dias (1870: 18, n. 1, 20, n. 1).

4.1.3. Não de somenos importância é o facto de que é, ainda, sob a égide do grande movimento da *gramática geral* que se passa a utilizar e se difunde, em Portugal, no século XIX, o conceito de *proposição*, vindo a diferenciar-se, logo no início do século, para efeitos, provavelmente, didáticos, a sua composição e análise lógica da sua composição e análise gramatical.

Efetivamente, a *proposição* é entendida como a expressão do pensamento, mais especificamente, do juízo ou da vontade (Moraes Silva 1806: 16, n\*); ou tão-só do juízo (Souza 1804: 156; Melo 1818: 239; Ferreira 1819: 114; Constancio 1831: 222; Barboza 1862: 276; Andrade Junior 1850: 132, 141<sup>12</sup>; Oliveira 1862: 55; Oliveira 1864: 61; Azevedo 1880: 15, 153; Leite 1882: 91, 129), sendo-lhe atribuídas duas ou três partes essenciais, correspondentes, exatamente, às partes essenciais em que se entendia decompor o juízo, segundo a lógica, a saber, o sujeito e o atributo, em que se incluía o nexó, ou, então, o sujeito, o atributo e o nexó que os unia.

Desta forma, os gramáticos cujas obras metalinguísticas temos vindo a escrutinar ora consideram que a *proposição* se compõe, basicamente, ou de *nome*, *verbo* e *adjetivo* (Souza 1804: 157), ou de *sujeito*, *atributo* e *verbo* (Moraes Silva 1806: 82-83; Ferreira 1819: 114), ou de *sujeito*, *verbo* e *atributo* (Melo 1818: 238; Azevedo 1880: 154), ou de *sujeito*, *atributo* (identificado com o termo *predicado*) e *verbo* (Barboza 1862: 88, 116, 153, 276, 315), ou de *sujeito*, *verbo* e *atributo* (identificado com o termo *predicado*) (Oliveira 1862: 56; Oliveira 1864: 62), ora entendem que a *proposição* se compõe de *sujeito* e *atributo*, incluindo este o verbo, que nele se destaca essencialmente (Andrade Junior 1850: 131-132; Leite 1887: 130).

Solano Constancio (1831: 204), por seu turno, introduz uma nota dissonante, que o vincula à herança gramatical latina de que, explicitamente, deseja afastar-se, pois observa que uma *proposição* pode conter um *agente*, ou *nominativo*, e um *atributo* ligados entre si através dos verbos de existência ou situação *ser* ou *estar* ou pode conter um *agente*, ou *nominativo*, “expresso ou subentendido”, “com ou sem atributo”, “ligado por um verbo ao seu

<sup>12</sup> A meio do século, surge, significativamente, a subdistinção entre *proposição assertiva* e *proposição dubitativa ou interrogativa* (Andrade Junior 1850: 158, 161).

regime directo ou indirecto”. Na verdade, apesar de algumas das suas asseverações transparecerem algum conhecimento de resultados da aplicação do método histórico-comparativo ao estudo das línguas naturais, ao se colocar sob o patrocínio intelectual de John Horne Tooke (1736-1812), de cuja *Epea pteroenta: or, The Diversions of Purley*, Parte I, publicada, em Londres, precisamente no sétimo ano (1798) que Solano Constancio perfazia em Londres, o autor português cita a observação de que a gramática filosófica constituía apenas “a most necessary step towards wisdom and true knowledge” (*apud* Constancio 1831: segunda capa), revela, ainda, alguma permeabilidade à influência que a supraindicada obra do mencionado académico inglês nele, certamente, tivera, como tivera na sociedade inglesa do primeiro terço do século XIX, tendo tornado Inglaterra imune à nova *filologia*, “until the results and methods finally had to be imported fom the continent in the 1830’s” (Hans Aarsleff, *apud* Naumann 2000: 1053, col. 2).

Interessantemente, Midosi (1842: 73), que utiliza o termo *sentença*, que Moraes Silva prefere a *proposição*, aduz que a *sentença* dita *simples* é tida por composta de “sujeito e verbo”. Deduz-se, entretentes, das asserções de Midosi que uma “*sentença simples*” integra uma oração, cujas partes constitutivas são “sujeito”, que, sendo realizado por um “Nome substantivo”, “significa a cousa de quem se falla”, “verbo”, que é identificado com um “*atributo*, que afirma ou nega uma acção”, e, nalguns casos, “*paciente*”, que, sendo igualmente realizado por um “nome” (Midosi 1842: 73), corresponde à “cousa a que [a] acção diz respeito” (Midosi 1842: 74).

Constatamos, assim, que apenas Andrade Junior e Monteiro Leite parecem seguir Arnauld & Lancelot, para quem a *proposição* apresentava dois termos, o *sujeito* e o *atributo*, ligados entre si no espírito do homem, sendo tal ligação, que significava *afirmação*, linguisticamente assinalada pelo verbo (Arnauld & Lancelot 1969: 66, 67), muito embora Andrade Junior tenda a refletir a noção de Du Marsais, que, juntamente com Beauzée, entendia, igualmente, que a *proposição* encerrava *sujeito* e *atributo*, de que o verbo iniciava sempre o *atributo*, nisso sendo, também, seguido por Beauzée (1767: t. II, 9-10).

Entretanto, Moraes Silva e Soares Ferreira estribam-se, plenamente, no pensamento de Condillac, que defendia que uma *proposição* devia ser composta de “trois termes” (Condillac 1947: *Cours d’études, II – Grammaire*, 453, col. 2) e, portanto, de “trois mots[,] e, sorte que deux soient les signes des deux idées que l’on compare, et que le troisième soit le signe de l’opération de l’esprit, lorsque nous jugeons du rapport de ces deux idées” (Condillac 1947: *Cours d’études, II – Grammaire*, 452, col. 2).

Constata-se, deste modo, que o primeiro lugar é, na *proposição*, na *sentença* ou na *oração*, sempre ocupado pelo *sujeito*, realizado, essencialmente, por via de um *nome*, ou *substantivo*. Dá-se, portanto, prioridade à substância (ora

radicante no sujeito, ora radicante no mundo em que o sujeito imirja para obtenção de conhecimento).

4.1.4. A par do conceito de *proposição*, há que fazer referência ao conceito de *complemento*. Muito embora seja utilizado, ao que parece pela primeira vez em Portugal, em 1802, por Moraes Silva, que o usa duas vezes na obra que sinalizamos, e, em 1803, por Jeronymo Soares Barboza, que dele faz uso sistematicamente, o conceito de *complemento* vai-se impondo desde, pelo menos, 1804, ano em que Dias de Souza dá ao prelo a sua *Grammatica portugueza*, restando, porém, saber se esse termo já teria surgido na obra de cariz didático que esse mesmo autor lançara em 1784.

Fora Du Marsais quem introduzira o termo *Complément* na linguagem gramatical (Beauzée 1767: 80; Thurot *apud* Harris 1796: 167, n1): “le grand mérite [...] de Du Marsais [...] c’est qu’il a explicité les principes qui fondent en raison, mais surtout en pratique la notion de complément” (Chevalier 1968: 650).

Beauzée define “[c]omplément d’un mot” como “addition faite à ce mot, afin d’en changer ou d’en compléter la signification” (Beauzée 1767: tome II, 44). Refere-se, assim, ao *complemento* de *espécies de palavras* detentoras de *significação generalizante* e suscetíveis de receber diferentes graus de determinação (Beauzée 1767: tome II, 45), bem como ao *complemento* de *espécies de palavras* que detêm uma *significação relativa* e que exigem a expressão de um termo consequente (Beauzée 1767: tome II, 45; 1789: 441, col. 1, col. 2).

A terminologia aplicada, por Beauzée (1767: t. II, 55-63), nas subespecificações do conceito de *complemento* é, entretanto, seguida de perto, de forma geral, pelos gramáticos portugueses, a partir, sobretudo, da noção de *regência* que, juntamente com a noção de *identidade*, ou *concordância*, subjaz ao tratamento da sintaxe, na quase totalidade dos estudos metalinguísticos portugueses oitocentistas influenciados pelo movimento da *gramática geral* que temos sob nossa mira, inerindo, no entanto, por influência de Du Marsais e de Beauzée, ao termo *regência* a ideia de *determinação* ou de *dependência*, que substitui, clara e sistematicamente, o termo *regência* apenas na gramática de Dias de Souza (1804: 116, 119, 159, 167, 208, 209).

Relativamente ao conceito de *complemento*, podemos, então, asserir que Dias de Souza (1804: 129, 170-171) adota a terminologia beauzense, como faz, aliás, o seu modelo, Court de Gébelin, o mesmo sucedendo com Couto e Melo (1818: 234-237), com Soares Ferreira (1819: 122, 124, 125), que ainda usa, de forma intercambiável, o termo *complemento* e *regime* (1819: 30), com Solano Constancio (1830: 179, 180, 204, 207, 229, 230, 232, 235, 238), com Soares Barboza (1862: 82, 153, 157-158, 200, 216, 236-239, 254-258, 263, 277-279, 298-299, 300-306, 316-330), com Andrade Junior

(1850: 131, 133-135, 140-142, 155-162), com Bento de Oliveira (1862: 15-16, 18-19, 43, 47, 58-59, 60, 69-73; 1864: 13-15, 17-18, 47, 37, 40-41, 52, 65-67, 77-80, 82), com Domingos de Azevedo (1880: 155-157), que lembra, parenteticamente, o termo que *complemento* substitui, e com Monteiro Leite (1882: 32, 37, 39, 84, 85-88, 92, 95, 117-118; 1887: 50, 51, 52, 111, 114, 121-122, 131, 132, 151-152, 153-160, 186, 191-192, 193), verificando-se, neste último, a utilização do termo *regime* em troços da edição de 1882 da sua obra gramatical sob análise aos quais corresponderão, na edição de 1887, troços que já incluem o termo *complemento* (1882: 72; 1887: 114) e a utilização, de forma intercambiável, do termo *complemento* e do termo *regime* (1887: 151). Digno de registo é o facto de Midosi (1842) não utilizar o termo *complemento*, apesar de utilizar o termo *regimen* (Midosi 1842: 79) e *regente* (Midosi 1842: 89).

5. Em suma, podemos asserir que alguns factos são comuns à diversidade de pontos de vista evidenciada nas obras metalinguísticas do português que, sendo publicadas, na centúria de Oitocentos, se colocam sob a égide das variantes epistemológicas representativas da *gramática geral*, prevalecendo, às vezes ecleticamente, a vertente tendencialmente empirista representada por Nicolas Beauzée, por um lado, e, por outro lado, a variante ora marcadamente empirista, que tem o seu epigono em Étienne Bonot de Condillac, ora radicalmente empirista, na linha dos Ideólogos franceses, a saber:

- o facto de que o pensamento está associado ao domínio da linguagem verbal e, portanto, ao uso de línguas específicas, independentemente de o pensamento ter primazia sobre a linguagem ou de a linguagem ter primazia sobre a formação do pensamento;

- o facto de que as línguas são, de modo geral, encaradas como métodos analíticos do pensamento;

- a emergência e difusão do conceito de *proposição* como reflexo do juízo (lógico), daí decorrendo, de forma sistemática, com uma exceção detetada, até à década de setenta, a conceituação do *verbo*, mais exatamente, do chamado *verbo substantivo*;

- o facto de que, no que às classes de palavras diz respeito, não levando em linha de conta, em alguns casos, a distinção entre a *interjeição* e as ditas *palavras discursadas*, é o *substantivo* que aparece em primeiro lugar, tal como o *sujeito*, no quadro da análise da sintaxe, aparece, enquanto paradigmaticamente realizado por um núcleo substantival, como o termo mais importante da *proposição* ou da *oração*: se os autores da *Grammaire Générale et Raisonnée*, mediante a defesa do primado do sujeito, priorizam, segundo o ponto de vista da lógica, a substância, Condillac é guiado pela

suposta ordem da geração de ideias e das suas denominações, começando pelos objetos das primeiras sensações (Ricken 1984: 343; Siouffi 2000: 145);  
- finalmente, o facto de que o conceito de *complemento* passa, progressivamente, a substituir o conceito de *regime*.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBAGNANO, Nicola. <sup>5</sup>2000[1976]. *História da filosofia*. Vol. 6. Trad. port. por António Ramos Rosa. Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, Joaquim da Costa. 2001. *Reflexos de Prisciano na Gramática da Língua Portuguesa de João de Barros. Subsídios para a didáctica da língua no século XVI*. Dissertação de Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

AMOR COUTO, Manuel. 2004. “Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa”. *Revista Galega de Filoloxía* 5. 11-31.

ANDRADE JUNIOR, Francisco Ferreira de. 1850. *Grammatica das grammaticas da lingua portugueza ou principios e preceitos compilados dos mais acreditados autores que sobre este assumpto tem tratado até o presente, e explicados de modo a serem comprehendidos por pessoas de todas as intelligencias*. Lisboa: Na Typographia das Sciencias e Artes.

ARNAULD, Antoine & Claude Lancelot. 1969. *Grammaire générale et raisonnée, contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle; les raisons de ce qui est commun a toutes les langues, et des principales différences qui s'y rencontrent, etc.*; avec les remarques de Ch. Duclos, nouvelle édition d'après l'édition de l'Imprimerie d'Auguste Delalain. Paris: Republications Paulet.

ARENS, Hans. 1975. *La lingüística: sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días*, versión española de José María Díaz-Regañón López. Tomos I e II. Madrid: Gredos.

AUROUX, Sylvain & A[nne] Boës (avec la collaboration de Ch[arles] Porset). 1981. “Court de Gêbelin (1725-1784) et le comparatisme. Deux textes inédits”. *Histoire, Épistémologie, Langage* 3:2: *De la grammaire à la linguistique*. 21-67.

BARATIN, Marc. 1989a. “La constitution de la grammaire et de la dialectique”. *Histoire des idées linguistiques*. Tome 1: *La naissance des métalangages en Orient et en Occident* dir. par Sylvain Auroux, 186-206. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

BARATIN, Marc. 1989b. “La constitution de la grammaire et de la dialectique”. *Histoire des idées linguistiques*. Tome 1: *La naissance des métalangages en Orient et en Occident* dir. par Sylvain Auroux, 207-227. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

BARATIN, Marc. 1989c. “La constitution de la grammaire et de la dialectique”. *Histoire des idées linguistiques*. Tome 1: *La naissance des métalangages en Orient et en Occident* dir. par Sylvain Auroux, 228-242. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

BARATIN, Marc. 1989d. *La naissance de la syntaxe à Rome*. Paris: Les Éditions de Minuit.

BARBOZA, Jeronymo Soares. <sup>3</sup>1862. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia.

BEAUZÉE, Nicolas. 1767. *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments neccessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. Tomes I & II. A Paris: De l'imprimerie de J. Barbou, rue & vis-à-vis la grille des Mathurins.

BEAUZÉE, Nicolas. 1789. "Complément". *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature*; par MM. Du Marsais, Marmontel, de l'Académie Françoisfe, [et] M. Beauzée, de la même Académie, dédiée et présentée a Monsieur Le Camus de Néville, Maître des Requêtes, Intendant de Bordeaux, tome I, partie II, 441: col. 1-447: col. 1. A Paris: chez Panckoucke.

BEAUZÉE, Nicolas & Jacques-Philippe-Augustin Douchet. 1784. "Grammaire". *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature*, dédiée et présentée a Monsieur Le Camus de Néville, Maître des Requêtes, Directeur Général de la Librairie, tome II, partie I, 189: col.2 -197: col. 1. A Paris/A Liège: chez Panckoucke /chez Plomteux.

BECCARI, Alessandro Jocelito. 2007. *Uma abordagem da Gramática Especulativa de Thomas de Erfurt: antecedentes históricos, metalinguagem, classes do nome e do pronome, sintaxe*. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras (área de concentração: Estudos Linguísticos). Curitiba: Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

BURSILL-HALL, G[oeffrey]. L[eslie]. 1975. "The Middle Ages". *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics*, ed. by Thomas A. Sebeok, 179-230. The Hague/Paris: Mouton.

CARVALHO, José G[onçalo]. Herculano de. 1984. *Pequena contribuição à história da linguística*. Coimbra: Coimbra Editora.

CHEVALIER, Jean-Claude. 1968. *La notion de 'complément' chez les grammairiens. Étude de grammaire française (1530-1750)*. Genève: Librairie Droz.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. 1947. *Essai sur l'origine des connoissances humaines. Œuvres philosophiques de Condillac*, texte établi et présenté par Georges le Roy, vol. 1, 1-118. Paris: Presses Universitaires de France.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. 1947. *Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme. Œuvres philosophiques de Condillac*, texte établi et présenté par Georges le Roy, vol. 1, 395-776. Paris: Presses Universitaires de France.

CONSTANCIO, Francisco Solano. 1831. *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris/Rio de Janeiro: Aillaud/Souza, Laemmert & C.<sup>a</sup>.

COVINGTON, Michael A. 1992. "Medieval Scholastic Grammar". *International Encyclopedia of Linguistics*, vol. 2, ed. by William Bright, 149: col. 1-152: col. 1. New York/Oxford: Oxford University Press.

DESBORDES, Françoise. 1998. "La pratique étymologique des Latins et son rapport à l'histoire". *Lexique 14: L'étymologie, de l'Antiquité à la Renaissance*, coord. et prés. Claude Buridant, 69-79. Presses Universitaires du Septentrion.

DROIXHE, Daniel. 2000. "Universal Language Schemes in the 17th Century". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1057-1071. Berlin/ New York: Walter de Gruyter.

DU MARSAIS, César Chesneau. 1769. *Logique et Principes de grammaire*, ouvrages posthume en partie, [&] en partie extraits de plusieurs Traités qui ont déjà paru de cet Auteur. Première Partie. A Paris: chez Briasson, Libraire, Le Breton, premier Imprimeur du Roi, & Herissant Fils, Libraire.

DU MARSAIS, César Chesneau. 1987. *Les véritables principes de la grammaire et autres textes (1729-1756)*, texte revu par Françoise Douay-Soublin. Tours: Centre National des Lettres/Librairie Arthème Fayard.

FERREIRA, Francisco Soares. 1819. *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos, para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*. Lisboa: Na Impressão Regia.

GRONDEUX, Anne. 2000. "La *Grammatica positiva* dans le Bas Moyen Âge". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 598-610. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

HARRIS, James. 1796. *Hermès, ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, ouvrage traduit de l'anglois, de Jacques Harris, avec des remarques et des additions, par François Thurot. Paris: Imprimerie de la République.

HOLTZ, Louis. 2000. "Alcuin et la redécouverte de priscien a l'époque carolingienne". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe and Kees Versteegh, 525: col. 1-532: col. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter.

ILDEFONSE, Frédérique. 1997. *La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque*. Paris: J. Vrin.

KELLY, Louis G[erard]. 1977. "La physique d'Aristote et la phrase simple dans les ouvrages de grammaire spéculative", trad. de l'anglais par Georges Garnier. *La grammaire générale: des modistes aux idéologues*, ed. par André Joly & Jean Stéfani, 107-124. Villeneuve-d'Ascq: Publications de l'Université de Lille III.

LABORDA GIL, Xavier. 2004 [1978]. *La gramática de Port-Royal: fuentes, contenido y interpretación*, Tesis de Licenciatura en Filología, edición electrónica. Barcelona: Universidad de Barcelona.

LAW, Vivien. 1992. "Early Middle Ages". *International Encyclopedia of Linguistics*, vol. 2, ed. by William Bright, 147: col. 2-149: col. 1. New York / Oxford: Oxford University Press.

LAW, Vivien. 1997. *Grammar and Grammairens in the Early Middle Ages*. London/New York: Longman.

LECOINTRE, Claire. 2000. "Les transformations de l'héritage médiéval dans l'Europe du XVIIe siècle". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, volume 1 ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1002-1008. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

LEITE, Francisco José Monteiro. 1882. *Nova grammatica portugueza para uso dos lyceus e das escholas normaes conforme os programmas officiaes*. Porto: Clavel & C.<sup>a</sup> A. J. da Silva Teixeira.

LEITE, Francisco José Monteiro. 1887. *Grammatica portugueza dos lyceus, em que se contém toda a doutrina exigida pelo ultimo programma official, organizado pelo Conselho Superior d'Istrucção Publica*. Porto: Eduardo da Costa Santos.

LUHTALA, A[nneli]. 1994. "Grammar, Early Medieval". *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, vol. 3, ed. by R. E. Asher (editor-in-chief), 1461: col. 1-1468: col. 1. Oxford/ New York/ Seoul/ Tokyo: Pergamon Press Ltd.

LUHTALA, Anneli. 2000. "Linguistics and theology in the Early Medieval West". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 510: col. 1-525: col. 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

MAAT, Jaap. 2000. "Universal language schemes in the 17th century". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1030: col. 1-1043: col. 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 1999. "La *Grammatica Audax* (1654) de Juan Caramuel y la tradición de la gramática general y filosófica". *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística (A Coruña, 18-21 de febrero de 1997)* ed. por Mauro Fernández Rodríguez, Francisco García Gondar & Nancy Vázquez Veiga, 479-491. Madrid: Arco/Libros.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, Antonio. 2009. "Antecedentes clásicos: la Gramática en Grecia y Roma". *Historia de las ideas lingüísticas. Gramáticos de la España meridional* ed. por Antonio Martínez González, 13-16. Frankfurt am Main: Peter Lang.

MELO, João Crisóstomo do Couto e. 1818. *Gramática filosófica da linguagem portuguesa*. Lisboa: Na Impressão Régia.

MIDOSI, Luiz Francisco. 1842. *Compendio de grammica portuguesa para instrucção da mocidade e uso das escolas*. Lisboa: Na Imprensa Nacional.

MORAES SILVA, Antonio de. 1806. *Epitome de grammica da lingua portuguesa*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

NAUMANN, Bernd. 2000. “Die ‘Allgemeine Sprachwissenschaft’ um die Wende zum 19. Jahrhundert”. *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1044: col. 1-1056: col. 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

OLIVEIRA, Bento José de. 1862. *Nova grammica portuguesa compilada de nossos melhores auctores*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

OLIVEIRA, Bento José de. 1864. *Nova grammica portuguesa compilada dos nossos melhores auctores*, segunda edição melhorada. Coimbra: na Imprensa da Universidade.

PERCIVAL, Keith. 1975. “The Grammatical Tradition and the Rise of the Vernaculars”. *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics* ed. by Thomas A. Sebeok, 231-275. The Hague/Paris: Mouton.

RICKEN, Ulrich. 1989. “Les premières éditions de la *Grammaire de Condillac et ses différents textes*”. *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Université de Trèves (Trier) 1986)*, tome VII, *Histoire de la linguistique et de la philologie romanes. Philologie romane et langues romanes; prise de conscience ou: la philologie pour quoi faire ?*. *Travaux en cours* ed. par Dieter Kremer, 92-100. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

ROBINS, R[obert]. H[enry]. 2000. *Breve historia de la lingüística*. Trad. esp. de María Condor. Madrid: Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S.<sup>a</sup>).

ROBOREDO, Amaro de. 1619. *Methodo grammatical para todas as lingvas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

ROLFE, J[ohn] C[arew] ed. and transl. 1998. *Suetonius*, revised with new introduction, volumes I, II. Cambridge / London: Harvard University Press.

ROSIER, Irène. 1981. “La notion de partie du discours dans la grammaire spéculative”. *Histoire, Épistémologie, Langage* 3:1. 49-62.

ROSIER-CATACH, Irène. 2000. “La grammaire spéculative du Bas Moyen-Âge”. *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, volume 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 541-550. Berlin / New York: Walter de Gruyter.

ROUSSE, Jean & Monique Verrac. 1992. “Grande-Bretagne”. *Histoire des idées linguistiques*, tome 2: *Le développement de la grammaire occidentale*, dirig. par Sylvain Auroux, 339-358. Liège: Pierre Mardaga Éditeur.

SANTOS, Maria Helena Pessoa. 2010. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*, Partes I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. <sup>3</sup>1996. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto.

SIOUFFI, Gilles. 2000. “Les ambiguïtés de la rationalité dans le discours linguistique: l'exemple de l'époque classique (XVIIe-XVIIIe siècles)”. *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes: Bruxelles, 23-29 juillet 1998* ed. par Annick Englebert, Michel Pierrard, Laurence Rosier & Dan Van Raemdonck, 139-147. Tübingen, Niemeyer.

SOUZA, Manoel Dias de. 1804. *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade.

STÉFANINI, Jean. 1977. “De la grammaire aristotélicienne”. *La grammaire générale: des modistes aux idéologues*, ed. par André Joly & Jean Stéfanini, 97-106. Villeneuve-d'Ascq: Publications de l' Université de Lille III.

THOMAS OF ERFURT (1972). *Grammatica speculativa*, an edition with translation and commentary by G. L. Bursill-Hall. London: Longman.

THUROT, Jean-François. 1970. *Tableau des progrès de la science grammaticale (Discours préliminaire a “Hermès”)*, introduction et notes par André Joly. Bordeaux: Ducros.

